

## Editorial

**É** com grande satisfação que entregamos aos leitores mais esta edição da Revista *Avaliação*, a de número 43. Um rápido olhar pelos nomes dos autores e pelos títulos dos artigos já indica que se trata de uma edição que traz uma importante contribuição ao avanço da área de estudos de educação superior e de avaliação institucional. Estudiosos de distintas procedências nos oferecem reflexões e análises sobre distintos aspectos de nossa área temática. Os artigos tratam desde temas amplos, de caráter comparativo e internacional ou de caráter filosófico, até a questões mais localizadas e datadas. Estamos certos de que os leitores apreciarão bastante esse material.

**Luiz Antônio Cunha** apresenta uma análise comparativa das principais leis que regem as universidades públicas em onze países selecionados da América Latina, Europa e África. Elabora um quadro teórico a respeito do poder nos sistemas universitários estudados e apresenta uma síntese da composição dos órgãos colegiados superiores, bem como o processo de escolha dos dirigentes universitários. Este estudo certamente traz informações particularmente importantes à comunidade acadêmica, às autoridades universitárias e aos legisladores, neste momento em que está em discussão a proposta de reforma universitária. **Pedro Goergen** defende a idéia de que os processos avaliativos devem se fundamentar, e assim adquirir legitimidade, na explicitação da questão prévia do que se pretende avaliar, o que está em jogo, quais os pressupostos e critérios relativamente aos sentidos e papéis das instituições de educação superior no contexto da sociedade. Afirma o autor que as ações avaliativas devem ter em conta qual é o modelo de instituição de ensino superior em termos de estatuto epistêmico-ético e de pertinência social. Se não houver clareza sobre essa questão, diz Goergen, a avaliação pode representar um salto de tigre, um salto no escuro. **Norberto Fernández Lamarra**, após apresentar um quadro dos contextos e problemas da educação superior na América Latina, se dedica a analisar os novos desafios que se colocam à educação superior e que emergem das novas realidades da governabilidade democrática, da chamada sociedade do conhecimento e da tecnologia. Dentre muitos outros temas, ganham destaque as reflexões sobre as novas relações universidade-sociedade, as questões da garantia de qualidade, da internacionalização e da educação a distância. **Rosemar**

**Delpino e Newton César Balzan** discutem as conseqüências da aplicação do modelo da “qualidade total” na educação. Em oposição ao modelo da “qualidade total”, no qual a educação teria o papel de reprodução da sociedade classista e de consumo, os autores defendem que a educação de qualidade é aquela que promove a cidadania e o conhecimento emancipatório. **Ana Karin Nunes e João Pedro Schmidt** tecem considerações sobre a experiência de avaliação institucional da Universidade de Santa Cruz do Sul. A UNISC, a exemplo das demais universidades comunitárias gaúchas, tem uma importante experiência de avaliação institucional, desde 1994 inspirada no PAIUB, e, desde 1994, segundo as orientações do SINAES. Os autores concluem que o bom êxito alcançado na avaliação externa se deve em grande parte às boas condições da Instituição, à sua experiência de auto-avaliação e seu compromisso com os princípios do SINAES. **Lúcia Maria de Assis e João Ferreira de Oliveira** apresentam um estudo sobre as repercussões das políticas públicas de avaliação das IES, de modo particular do ENC e mais recentemente do SINAES, na prática pedagógica de professores de algumas instituições privadas. Os autores concluem que tem sido muito fraco o envolvimento dos professores, de modo que esses procedimentos avaliativos quase não têm influenciado as práticas docentes. Assim, um dos mais importantes desafios que se colocam para a consolidação dos processos avaliativos vigentes consiste em aumentar a participação efetiva dos professores. **Gladys Beatriz Barreyro e José Carlos Rothen** analisam as principais mudanças que ocorreram nas instâncias federais de regulação e avaliação da educação superior, entre 1995 e 2006. Tendo sempre como base os atos normativos e focando a definição das competências atribuídas aos órgãos governamentais e às agências especialmente criadas no âmbito do MEC, os autores discutem a relação entre avaliação e regulação da educação superior. O texto explicita a implantação de um modelo de regulação progressivamente centralizado no aparelho do Estado. **Simone Maria de Ávila Silva Reis, Vanderlei Luiz Gomes e Antônio Wilson Pagotti** comparam, neste artigo, o desempenho de alunos da Faculdade de Odontologia da Universidade de Uberlândia que ingressaram via Vestibular com o daqueles que foram selecionados por meio do Programa Alternativo de Ingresso ao Ensino Superior (PAIES). Segundo análise dos autores, os alunos que ingressaram via PAIES apresentaram desempenho superior aos que foram selecionados via Vestibular.